

REINTERPRETANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL EM “ZONAS MARGINALIZADAS” NO SUL DO BRASIL

A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

Márcio Zamboni Neske, Jalcione Almeida
e Guilherme F.W. Radomsky

Resumo

Esse artigo analisa, a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais, a genealogia, as representações e os discursos do desenvolvimento das chamadas “zonas de agricultura marginal” no sul do Brasil, ou seja, zonas rurais que, por não disporem de um conjunto de condições necessárias à consolidação dos padrões de desenvolvimento ditos modernos, permanecem à margem do projeto modernizante. Além disso, tendo por base um caso empírico, a região denominada de “Alto Camaquã”, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, se analisa as formas como a colonialidade do poder permanecem operando nessas zonas impondo uma concepção hegemônica do desenvolvimento.

Palavras chave: Desenvolvimento rural / modernidade / pós-colonialidade / sul do Brasil.

Abstract

*Rethinking rural development in “marginal zones” in southern Brazil:
the contribution of postcolonial studies*

This article analyzes, from the perspective of postcolonial studies, genealogy, representations and discourses of development of so-called “marginal agriculture zones” in southern Brazil, ie rural areas, because they lack a set conditions necessary for the consolidation of the so-called modern development models, remain outside the modernizing project. Based on a specific empirical case, the region called “High Camaquã” in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, we analyze the forms of expressions as the coloniality of power remains operating in these areas by imposing a hegemonic conception of development.

Keywords: Rural development / modernity / post-coloniality / southern Brazil.

Márcio Zamboni Neske: Biólogo, mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. E-mail: marcio.neske@yahoo.com.br.

Jalcione Almeida: Professor e pesquisador dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e Sociologia (PPGS/UFRGS). Pesquisador CNPq. Coordenador do grupo de pesquisa em Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (www.ufrgs.br/pgdr/temas). E-mail: jal@ufrgs.br

Guilherme F.W. Radomsky: Professor e pesquisador dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e Sociologia (PPGS/UFRGS). E-mail: guilherme.radomsky@ufrgs.br.

Recibido: 22 de abril de 2013.

Aprobado: 12 de julio de 2013.

Introdução

Nas últimas décadas, as ciências sociais têm se ocupado com afincamento na compreensão e revisitação crítica dos postulados da modernidade e do desenvolvimento. Diferentes escolas do pensamento têm explorado criticamente as nuances adjacentes à modernidade, tendo em vista o conjunto de “crises” dela decorrentes. Algumas importantes correntes críticas da modernidade, mesmo evidenciando e rechaçando os paradoxos e as patologias sociais e ambientais a ela associadas, bem como alertando para os riscos e incertezas globais associados à imprevisibilidade das suas consequências, não desvinculam seus pensamentos e proposições de uma perspectiva que considera o projeto moderno como sendo uma condição imprescindível à sobrevivência das sociedades.

O núcleo operativo do desenvolvimento tem sido fortemente centrado em uma “teologia da modernidade” e, portanto, ambos (modernidade e desenvolvimento) têm historicamente representado uma tentativa de ordenar o mundo de acordo com certos princípios ocidentais com pretensões universalizantes. Essa perspectiva da modernidade (e do desenvolvimento) tem sido amplamente questionada e criticada, já que muitas insuficiências socio-antropológicas permanecem incontornadas e insuperadas na explicação do mundo supostamente ordenado e previsível por ela prognosticado.

Desse modo, as inconformidades da modernidade sob o prisma da constituição de uma realidade totalizante têm sido refutadas por abordagens teóricas que procuram oferecer outras formas de compreensão da realidade social. É nesse sentido que insurgências teórico-epistêmicas têm se ampliado vertiginosamente no campo da teoria social como movimento contestatório da “teorização generalizante” oriunda do eixo euroamericano da modernidade e do desenvolvimento.

O alcance da crítica à modernidade e ao desenvolvimento se estende ao campo dos *estudos pós-coloniais*, uma diversificada gama de interpretações sociais que apresenta como objetivo comum a tentativa de estabelecer epistemologias alternativas para pensar a modernidade e o desenvolvimento. Trata-se, desse modo, de um processo que está relacionado ao que Mignolo (2010) classifica como “desobediência epistêmica”, no sentido atribuído ao movimento de pensamento e ação que percorre diferentes espaços acadêmi-

cos e políticos visando romper com as formas de controle teórico-epistêmico que ao longo do tempo têm nutrido e legitimado as concepções dominantes da modernidade.

Com isso, a refutação das crenças modernistas pela perspectiva pós-colonial vem consagrando desde a *periferia* uma nova geopolítica do conhecimento por meio da consolidação de formas de enunciação particulares sobre as noções de modernidade e desenvolvimento. Conforme Escobar (2008), é necessário questionar os limites espaciais e temporais do projeto moderno e considerar a existência de “modernidades múltiplas”, euro-ameriocêntricas e não euro-ameriocêntricas, o que torna possível re-imaginar a diversidade de outras formas possíveis de desenvolvimento.

Nesse sentido, esse artigo analisa, tendo como base a perspectiva dos estudos pós-coloniais, a genealogia, as representações e os discursos do desenvolvimento das chamadas “zonas de agricultura marginal” no sul do Brasil, ou seja, zonas rurais que, por não disporem de um conjunto de condições necessárias à consolidação dos padrões de desenvolvimento ditos modernos, permanecem à margem do projeto modernizante. O que se evidenciará no artigo é a existência de um processo permanente de legitimação da colonialidade do poder na região investigada, mas por outro lado, se versará sobre o desafio em identificar a existência de movimentos contestatórios que possam, eles próprios, configurar “contratendências” capazes de interpelar os discursos e práticas imputados pela colonialidade do poder.

A discussão empírica faz parte de uma pesquisa em andamento intitulada “*A reinvenção do lugar: a emergência de ‘modernidades alternativas’ em territórios subalternos no sul do Rio Grande do Sul*”.¹ Desse modo, os dados apresentados neste artigo são compilações de dados secundários, além de dados primários obtidos por meio de entrevistas e percursos etnográficos a campo.

O “deslocamento” da história na modernidade: a enunciação pós-colonial

Os estudos pós-coloniais são projetos epistemológicos variados que, no seu conjunto, remetem a uma categoria de análise crítica que surge nos anos de 1980, tendo como ponto de partida a tentativa de reinterpretação das categorias epistemológicas euro-ameriocêntricas, denunciando a parcialidade da produção do saber dessas categorias sobre o chamado “Terceiro Mundo”. Para Santos (2010), o pós-colonialismo procura dar primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e Sul na explicação e também na compreensão do mundo contemporâneo. Desse modo, os estudos pós-coloniais surgem como uma forma de questionar a maneira como a história moderna

1 Pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil.

está sendo constituída a partir das concepções dominantes de modernidade e atua de modo precípua nas estruturas do conhecimento. Por isso, questionar as metanarrativas da modernidade legitimadora de dominação e poder encontra-se no centro desses estudos, ensejando reflexões e experiências em um conjunto de temas e áreas do conhecimento como o desenvolvimento, literatura, história e ciências sociais.

Para Bhabha (2010), a perspectiva pós-colonial emerge do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste-Oeste e Norte-Sul. No entanto, de acordo com Hall (2003), o termo não sinaliza simplesmente uma sucessão cronológica do tipo “antes/depois”, pois o período que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos, ao contrário, a perspectiva pós-colonial marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. Segundo Hall, problemas de dependência e marginalização, típicos do período colonial, persistem no pós-colonial, porém essas relações se dão a partir de novas configurações.

De acordo com Mezzadra e Rahola (2008), ao propor uma confrontação na releitura entre “história” e as “histórias” como um elemento essencial do tempo histórico moderno, a crítica pós-colonial evidencia a heterogeneidade constitutiva da própria história. Nesse sentido, como argumenta Hall (2003, p. 109), o pós-colonialismo:

... relê a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural, e produz uma transcrita descentrada, diaspórica ou ‘global’ das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação.

Os estudos dentro da perspectiva pós-colonial têm oferecido uma importante contribuição crítica para uma renovação sobre a concepção de modernidade. Nesse contexto, têm procurado desconstruir a história hegemônica da modernidade, demonstrando a maneira como a história dos colonizados foi escrita por um ponto de vista dominante colonialista euro-amerocêntrico, denunciando que, ao contrário, a maior parte dessa história foi constituída por grupos subalternos² (Chakrabarty; 2000; Mignolo, 2003; Quijano, 2005; Spivak, 2010).

A colonialidade do poder representa para os autores latino-americanos dos estudos subalternos uma espécie de “guarda-chuva” que abriga diferentes conceitos e categorias de análise da modernidade. Segundo Quijano (1992), a colonialidade do poder caracteriza um modelo hegemônico de dominação global próprio do sistema-mundo moderno/capitalista que se originou com o colonialismo europeu no século XVI, e mesmo após o fim do colonialismo político (independência dos Estados-nação), a ordem capitalista colonizado-

2 Para diferenças e relações entre estudos pós-coloniais e subalternos, ver Prakash (1992).

ra permanece exercendo uma relação de dominação colonial. Mignolo (2010) considera a colonialidade do poder como uma complexa matriz que incorpora controles específicos, tais como o controle da economia, da natureza, do político, da subjetividade e do conhecimento.

Como afirma Maldonado-Torres (2007, p. 131), “respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente”, e nesse sentido, a unidade analítica da modernidade é a modernidade/colonialidade, ou seja, não existe modernidade sem colonialidade, sendo essa última constitutiva da primeira (Mignolo, 2003; Escobar, 2005; Quijano, 2005). De acordo com Mignolo, a “diferença colonial” é o espaço físico e imaginário onde emerge e atua a colonialidade do poder.

A noção de *diferença colonial* envolve práticas de negociação ou mesmo de negação da colonialidade do poder. Visto da perspectiva subalterna, uma das consequências da diferença colonial, e também de reação a ela, é o “pensamento liminar”. Desse modo, segundo Mignolo (2003), o pensamento liminar somente pode existir na condição de uma perspectiva subalterna, sendo uma reação à diferença colonial.

O pensamento liminar é, assim, um “outro pensamento” que se produz na margem, sendo potencialmente capaz de criar práticas de descolonização intelectual, política e econômica. No entanto, o pensamento liminar pressupõe consciência e sensibilidade em relação à diferença colonial, pois, em meio ao exercício da colonialidade do poder, evidencia a diferença entre uma epistemologia denotativa ancorada em um desejo de verdade universal de uma epistemologia liminar, cujo desejo de verdade é precedido pelo desejo de mudança. (Mignolo, 2003).

Ainda de acordo com Mignolo (2003), o pensamento liminar do ponto de vista histórico se situa nas fronteiras (interior + exterior) do sistema colonial/moderno. Considerando dessa maneira, o pensamento liminar é também um pensamento fronteiro, ou seja, aquele conhecimento construído nas fronteiras da diferença colonial. O pensamento fronteiro, nesse sentido, é um instrumento heurístico importante para entender a emergência de “modernidades alternativas”, considerando que essas, segundo Escobar (2005), acontecem *no encontro* com o moderno. Mas conforme adverte Grosfoguel (2010), o pensamento de fronteira não significa um fundamentalismo anti-moderno, representando uma resposta transmoderna do subalterno perante a colonialidade do poder.

A “outra face” da modernidade: “modernidades alternativas” como *locus* de enunciação de regiões subalternas

Ao se observar práticas e comportamentos sociais, econômicos, culturais e políticos que caracterizam as sociedades atuais, há um consenso entre os

estudiosos pós-coloniais que a noção de desenvolvimento que domina tais processos globais ainda permanece circunscrita a uma estreita relação que associa essa noção à ideia de modernidade. No ideário ocidental, a modernidade projetou à noção de desenvolvimento normas e valores universais positivos que deveriam se expandir por todo o mundo em uma tentativa de homogeneização de tais sociedades sob os moldes dos preceitos modernos (Ferguson, 1990; Quijano, 1992; Esteva, 2000; Mignolo, 2003; Escobar, 2008; Almeida, 2009).

O subdesenvolvimento teve data, lugar e ocasião pré-definida para “vir ao mundo”. De acordo com Esteva (2000), de maneira cautelosa e oportuna, no dia 20 de janeiro de 1949 o presidente norte-americano Harry Truman, durante o discurso de posse, anunciava ao mundo a era do desenvolvimento. Esse autor transcreve parte do discurso do então presidente norte-americano:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis *para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas*. (Esteva, 2000, p. 59; grifo dos autores)

Na avaliação de Esteva, a partir desse momento criou-se uma era do “eu” desenvolvido e do “outro” subdesenvolvido, e naquele momento, como em um passe de mágica, dois bilhões de pessoas no mundo passaram a ser consideradas subdesenvolvidas. Não somente o subdesenvolvimento foi inventado, mas também nessa ocasião o “terceiro mundo” também é inventado (Escobar, 2005). A ideia da existência de um primeiro mundo desenvolvido, em oposição a um terceiro mundo subdesenvolvido, tem balizado e motivado até os dias atuais importantes discussões no campo das ciências sociais e políticas envolvendo diferentes teorias, temáticas e processos do desenvolvimento rural.³

Escobar avança nessa discussão para além da crítica ao paradigma marxista e da modernização e propõe uma via alternativa de análise crítica do desenvolvimento, por meio do que chama de “pós-desenvolvimento”. De orientação pós-estruturalista, o pós-desenvolvimento se refere à possibilidade de atenuar e desconstruir o discurso moderno das representações desenvolvimentistas sobre a Ásia, África e América Latina, reafirmando o valor das experiências alternativas e os modos de conhecimento distintos, pois permite “abrir novos espaços para outros pensamentos, para ver outras coisas, para escrever em outras linguagens” (Escobar, 1997, p.11).

3 A discussão opondo um primeiro mundo desenvolvido e um terceiro mundo subdesenvolvido se aprofundou ainda mais com o enfraquecimento das controvérsias entre o “mundo desenvolvido” e o “mundo socialista-comunista” a partir de meados da década de 1990.

Acreditando na possibilidade de uma “era do pós-desenvolvimento”, Escobar desenvolve análises críticas do desenvolvimento tendo como pontos centrais os seguintes questionamentos: como foi construído o “terceiro mundo” como uma realidade aos olhos do conhecimento especializado? Qual foi a ordem de conhecimento (regime de representação) que surgiu junto com a linguagem do desenvolvimento? Quais suas relações tanto nas histórias locais como nos processos globais? Como se processam as condições globais em âmbitos locais, incluindo aquelas de desenvolvimento e modernidade? Até que ponto essa linguagem tem colonizado a realidade social? (Escobar, 1997, pp. 7 e 11).

Sob a égide do discurso moderno, segundo Escobar (1997), as representações da Ásia, África e América Latina, como terceiro mundo e como subdesenvolvidas, seriam herdeiras de uma genealogia de concepções ocidentais sobre essas partes do mundo. Porém, como discutido ao longo da segunda seção do presente texto, os estudos pós-coloniais têm refutado o reducionismo histórico e oferecido uma nova interpretação da modernidade.

Ao propor uma reinterpretação crítica da história, procurando entender novas formas de representação sobre a noção de desenvolvimento, Escobar (2005) também questiona como é possível pensar *sobre* e pensar *diferente* desde uma “exterioridade” do sistema mundial moderno.

Ainda para Escobar (2008), somente negando as origens espaciais e temporais da modernidade e do desenvolvimento sob a lente da colonialidade será possível pensar a *diferença* e propor a constituição de “mundos locais alternativos”. Assim, corroborando com seus colegas pós-coloniais, o autor (Escobar, 2005) denuncia que a grande maioria dos teóricos europeus tem sido “cegos” em identificar a diferença colonial e a implicada subalternização do conhecimento e das culturas.

Ao procurar estabelecer uma reorientação teórica e epistemológica da modernidade para pensar o desenvolvimento, Escobar (2005; 2008) desenvolve as noções de *alternativas à modernidade* e *modernidades alternativas*. Esta última noção se refere, fundamentalmente, às práticas de desenvolvimento envolvendo uma negociação contínua com a modernidade desde o *lugar*, no encontro com instituições e projetos modernos; são modernidades produzidas como contratendências (Escobar, 2008; Radomsky, 2011b). Estes elementos permitem refletir e analisar sob outras referências a “metade sul” do Rio Grande do Sul e, especialmente, a região do Alto Camaquã, conforme será tratado na próxima seção.

As modernidades alternativas e as alternativas à modernidade seriam consideradas projetos parcialmente opostos, porém, potencialmente complementares. Nesse sentido, podem criar as condições para a criação de alternativas à modernidade.

Significados e representações do (sub)desenvolvimento em “zonas de agricultura marginalizadas”: o caso do Alto Camaquã no estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Ao se analisar o desenvolvimento rural no estado do Rio Grande do Sul, o processo de modernização da agricultura aparece como um dos principais pontos de referência teórico-analíticos para explicar as dinâmicas sociais desenvolvidas à medida que o capitalismo foi avançando sobre os diferentes espaços agrários. De fato, muitas das premissas e dos objetivos orientadores da modernização da agricultura, que visavam, mediante o ideário do progresso técnico-científico, à transformação das sociedades ditas tradicionais em sociedades “modernas”, foram atingidos.

A modernização da agricultura foi responsável por criar padrões produtivos que estabeleceram ao longo do tempo dinâmicas que marcaram diferenças internas abissais quando analisado o desenvolvimento socioeconômico entre diferentes regiões neste estado brasileiro. Essas diferenças regionais foram responsáveis por instituir uma geopolítica do desenvolvimento no Rio Grande do Sul que até os dias atuais se mantém hegemônica no campo sociopolítico e tecnocientífico, dividindo o estado de maneira polarizada entre uma metade norte (eixo norte/nordeste) “rica” (desenvolvida), e uma metade sul “pobre” (subdesenvolvida) - Figura 1.

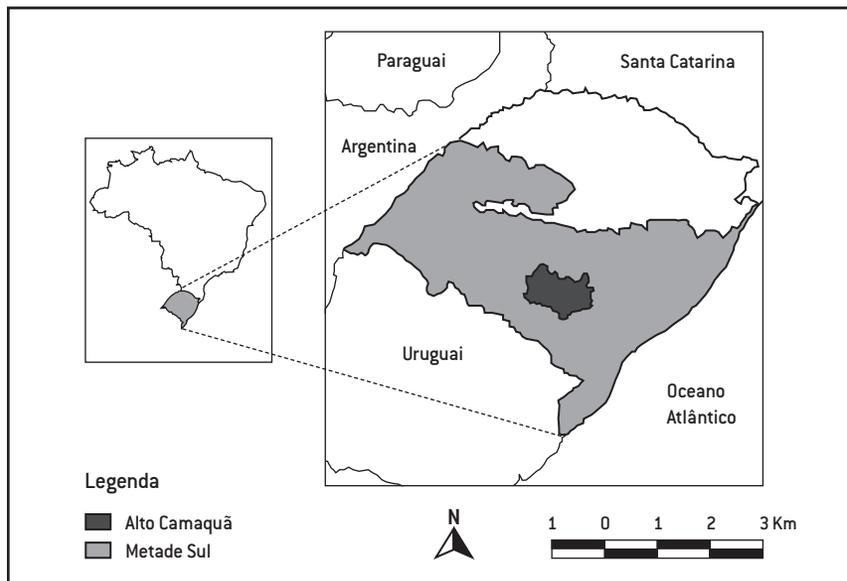
Há evidências de que o capitalismo agrário se consolidou a passos acelerados na chamada metade norte do estado a partir, sobretudo, de uma agricultura especializada e integrada aos mercados globais de *commodities* agrícolas, bem como por meio da constituição de diversos setores industriais vinculados diretamente à agricultura. Porém, em muitas regiões, como é o caso do Alto Camaquã (Figura 1), as representações e os discursos do desenvolvimento não tiveram grandes impactos na transformação produtiva, e, por não disporem de um conjunto de condições necessárias à consolidação dos padrões de desenvolvimento ditos modernos, essas regiões são consideradas como zonas de agricultura marginalizada (Borba, 2002). Entretanto, os efeitos da representação sentidos na construção discursiva apresentam-se potentes também pelo que não criam fisicamente, consolidando um imaginário de “falta”, de subalteridade, de marginalidade e incompletude do projeto moderno.

Localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul,⁴ dentro da instituída metade sul pobre, até os dias atuais a região do Alto Camaquã mantém sua base produtiva e econômica centralizada na atividade secular da pecuária de corte extensiva de base familiar, tendo ao longo do tempo incorporado

4 De acordo com o Ministério da Integração, a Mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul compreende 154.099 km², com 105 municípios fazendo fronteira com o Uruguai e a Argentina (Figura 1).

poucas inovações produtivas e tecnológicas. Os pecuaristas familiares constituem-se na principal representação social e produtiva da região, sendo que as propriedades rurais com até 50 hectares ocupam 60% do total de estabelecimentos, perfazendo apenas 10% do total da área geográfica dos municípios, o que corresponde a 65% da população rural local (IBGE, 2006).

Figura 1. Mapa de localização da mesorregião denominada de metade sul e da região Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil.



Compilação cartográfica: Márcio Zamboni Neske. Base de dados: Mapa digital dos municípios brasileiros (IBGE, 2010).

As interpretações da evolução do capitalismo sul-rio-grandense entre os historiadores agrários a partir das décadas de 1970 e 1980 deram origem aos primeiros registros que apontavam a metade sul do Rio Grande do Sul como sendo uma região com pouco dinamismo econômico, tendo em vista que sua estrutura produtiva se consolidou no período colonial com a atividade da pecuária de corte e pouco se alterou ao longo do tempo (Freitas, 1980; Pesavento, 1980). Esta rara mudança econômico-produtiva usualmente é interpretada como fracasso ou fraqueza da dinâmica social regional. No entanto, foi durante a década de 1990 que teve início um movimento acadêmico e político que se mantém até o período atual e que tem se ocupado com intensidade em buscar explicações e alternativas para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul.

Consensuados por diferentes perspectivas teóricas das ciências sociais, econômicas e da política, termos como *subdesenvolvimento*, *declínio* e *estagnação econômica*, *desigualdade regional*, *pobreza extrema* fazem parte do re-

pertório conceitual e analítico que compõe e regula a pauta dessa discussão (Bandeira, 1994; Alonso, 2006; Coronel, 2007). Desse modo, invariavelmente o desenvolvimento da metade sul tem sido aprisionado e inventariado por discursos e práticas que direcionam os diagnósticos antes descritos a serem acoplados a estratégias tipicamente modernas: crescer economicamente, o que se constitui como uma espécie de “mais do mesmo” das políticas estatais. Sob esse prisma, as comparações com outras regiões tornaram-se inevitáveis em anos recentes, e o Alto Camaquã tem sido testemunha de uma situação *sui generis* onde o desenvolvimento é mensurado a partir de estatísticas que revelam índices e indicadores de desempenho social e econômico.

Em meio às abordagens que se dedicam a legitimar a polarização social e econômica do Rio Grande do Sul, a “geração” dos indicadores e dos índices ainda não resolveu algumas contradições que estão presentes nos parâmetros criados para medir e monitorar o desenvolvimento. Os estudos que incorporam variáveis econômicas “puras” (ex. Produto Interno Bruto (PIB), renda, valor agregado) têm sido os responsáveis por demonstrar a existência de uma metade sul pobre e subdesenvolvida.

Nesse sentido, na Tabela 1 a seguir evidencia-se que os municípios da região Alto Camaquã, de modo geral, possuem na sua estrutura econômica produtiva uma baixa participação do setor industrial, muito abaixo da média do estado do Rio Grande do Sul, que é de 29,2%. A incapacidade de sustentar ao longo do tempo um processo de industrialização diversificado tem sido apontada como o principal fator responsável pela estagnação e atraso econômico da região sul (Bandeira, 1994; Alonso, 2006; Coronel, 2007).

Tabela 1. Estrutura do Valor Agregado Bruto (VAB) dos municípios do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil - 2010.

Municípios do Alto Camaquã	VAB Agropecuária [%]	VAB Indústria [%]	VAB Serviços [%]
Bagé	8,7	14,8	76,5
Caçapava do Sul	17,3	21,8	60,9
Encruzilhada do Sul	28,8	8,8	62,4
Lavras do Sul	54,4	5,1	40,6
Pinheiro Machado	22,9	24,5	52,5
Piratini	32,3	8,7	59,0
Santana da Boa Vista	37,4	6,4	56,2
Média	28,8	12,9	58,3
Média do Rio Grande do Sul	8,7	29,2	62,1

Fonte: FEE (2010).

Embora existam divergências e também contradições entre as abordagens teóricas e analíticas que procuram dar respostas às *desigualdades, disparidades, pobreza, subdesenvolvimento* etc. do Alto Camaquã, fica evidente que o desenvolvimento tem representado uma fronteira rígida a partir de sistemas classificatórios de acordo com os cânones da modernidade. Desse modo, a obsessão pelo desenvolvimento tem criado seus mecanismos de funcionamento, e a normatização no uso de indicadores, rankings e índices de desenvolvimento servem como instrumento para legitimar constantemente discursos e práticas de tal modo que seja possível traçar e atingir objetivos de desenvolvimento padronizados.⁵

Essas classificações dicotômicas do desenvolvimento (desenvolvido/subdesenvolvido, superior/inferior, pobreza/riqueza, atrasado/moderno) estão incrustadas no sistema-mundo moderno colonial, e são herdeiras de tradições teóricas que têm seus centros geoistóricos no sistema mundo europeu/norte-americano (Mignolo, 2003; Quijano, 2005; Grosfoguel, 2010), supondo uma estrutura espaço-tempo universal e vitalícia.

Dessa maneira, da mesma forma que ocorre na grande maioria das regiões periféricas do mundo, a região do Alto Camaquã permanece sendo submetida às influências e sofrendo os efeitos da colonialidade do poder. De que modo? Se durante muitas décadas a orientação demarcou que a região possuía uma espécie de história lenta incompatível com os padrões de mudança social típicos do mundo moderno, nos últimos anos um conjunto de ferramentas metodológicas se constitui como um sistema que recupera o mesmo problema sob a ótica quantitativa e mensurável em índices complexos. O que é resultado de um processo em que as noções de estagnação e subdesenvolvimento são superadas por outros diagnósticos matematicamente elaborados, contudo não deixam de se conduzir por um viés que deseja ocultar o aspecto colonizador/colonizante da modernidade universalista.

Desse modo, as ações de desenvolvimento rural atuantes no Alto Camaquã têm posicionado os atores locais como pertencentes a um movimento histórico que considera essa região como sendo socioeconomicamente subdesenvolvida. Ou seja, o desenvolvimento como grande metanarrativa orientada pela noção de progresso e pelo etapismo, tal como a perspectiva teleológica de Rostow (1974), até os dias atuais ainda permanece sem grandes repercussões no Alto Camaquã.

Como forma de contornar a situação de “atraso” e “subdesenvolvimento”, um conjunto diverso de atores sociais pertencentes ao campo político e tecnocientífico tem assumido posicionamentos onde seus regimes, tanto dis-

5 Para uma análise sobre o uso de indicadores, *rankings* e índices como estrutura de planejamento do desenvolvimento, ver Radomsky (2011a).

cursivos como de ação, estão comprometidos em “alavancar” o desenvolvimento do Alto Camaquã. Existe uma institucionalidade moderna enraizada nas ações políticas do Estado e dos municípios, nas organizações da sociedade civil (sindicatos, cooperativas), nos órgãos de ensino (universidades) e nas agências de desenvolvimento (pesquisa e extensão rural) que se posiciona como *comprometida* com o desenvolvimento da região.

A esse respeito, toma-se como exemplo emblemático o Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE) 2011-2030 da Prefeitura Municipal de Bagé (2011). Lançado em 2011 neste que é o maior município da região, como o próprio nome sugere, propõe ações de desenvolvimento econômico para os próximos 20 anos, e trata de uma tentativa de constituir um marco referencial para o desenvolvimento econômico da região. De acordo com o PDE (Prefeitura Municipal de Bagé, 2011), a região de Bagé tem encontrado dificuldade em acompanhar o crescimento do conjunto do estado do Rio Grande do Sul, já que a região vivencia uma situação de retração da economia nos últimos anos. Observe-se como isto aparece na construção textual do Plano: um dos elementos cruciais é o dinamismo econômico, pois tal como antes apontado, ele seria o indicador de uma história letárgica. No discurso, aparece o qualificativo “baixo”, que estaria atrasando o sonho do progresso. Além disto, o baixo dinamismo da região é apontado como a expressão de uma “performance” insatisfatória da agropecuária. Segundo aponta o documento,

Não parece haver espaço para dúvidas, pois, que existem estrangulamentos no processo de modernização da produção da agropecuária em Bagé e o que enfrentamento dos mesmos deve ser um dos focos prioritários em qualquer política pública de desenvolvimento econômico (Prefeitura Municipal de Bagé, 2011, p. 218).

Conforme aponta o documento acima, ele próprio oferece as condições que podem construir um novo período de desenvolvimento para a região oferecendo as possibilidades de reversão da situação histórica de empobrecimento em que se encontra, algo que requer a exigência de uma institucionalidade operativa de gestão e governança das ações de desenvolvimento econômico previstas no plano. A interpretação que pode ser realizada está na possível inadequação não apenas de aspectos econômico-produtivos, mas na própria racionalidade dos sujeitos, que não caminhou conforme as etapas do desenvolvimento econômico postuladas (de modo simplista e superficial) por Rostow.

A matriz produtiva agropecuária do Alto Camaquã é fortemente estruturada na pecuária de corte, a qual tem se mostrado ao longo do tempo uma atividade com pouca capacidade de incorporação e inovação tecnológica na região. Essa é uma característica produtiva que desperta enorme desconforto aos agentes de políticas públicas e do desenvolvimento, pois conforme o

próprio PDE (Prefeitura Municipal de Bagé, 2011) aponta, a incapacidade de inovação tecnológica é considerada como “ponto de estrangulamento” da produção pecuária, além da baixa vocação empreendedora, incapacidade de competitividade e a rejeição ao risco dos pecuaristas de corte.

Modernizar a base produtiva do setor agropecuário parece não ser mais a única solução viável para incrementar o desenvolvimento da região na ótica dos formuladores de políticas. Diversificar a matriz produtiva, sim, tornando-se praticamente uma questão de ordem e uma estratégia amplamente aceita entre os atores do desenvolvimento. Nesse sentido, a região do Alto Camaquã vivencia um cenário que evidencia dois processos aparentemente contraditórios: primeiro, a aposta na modernização da agropecuária, já diagnosticada ela mesma como um entrave para o dinamismo da região; segundo, quando este cenário parece pouco provável devido às resistências locais à incorporação de hábitos e inovações externas, um conjunto de ações, projetos e programas de diversificação ligados ao desenvolvimento do setor primário sugerem a permanência de superação do *atraso* da modernização agropecuária. Dentro deste planejamento da diversificação produtiva se pode destacar algumas ações e projeto importantes.

Nesse sentido, o projeto Olivais do Pampa⁶ está entre algumas das ações de desenvolvimento recentes que compõem o “portfólio” da diversificação produtiva da região. Trata-se de projeto que integra ações dos governos federal, estadual e municipal, juntamente com a colaboração e parcerias das agências de pesquisa (Embrapa) e extensão rural (Emater/RS). Durante algumas reuniões relacionadas à implantação do projeto, o secretário da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do estado do Rio Grande do Sul, ao se manifestar publicamente, justificou a importância do projeto Olivais do Pampa para a região:

A diversificação produtiva é necessária para mudar a realidade do desenvolvimento da região. Temos que nos libertar da cultura do medo que está enraizada nessa região e que tem impedido o crescimento. É necessário desbravar novas oportunidades.

Esta região, uma das mais pobres do país, precisa encontrar alternativas de diversificação das actividades produtivas, a partir do clima e do solo. (Jornal Diário Popular, 18/3/2013)

No entanto, a aposta na diversificação pode ter como resultado um aspecto curioso: a consolidação de monocultivos que antes eram impensados para a

6 Esse projeto faz parte de um programa de cooperação entre Brasil e Itália, denominado Brasil Próximo, atualmente integrando os municípios de Bagé, Pinheiro Machado, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Hulha Negra, Dom Pedrito, Quaraí, Candiota e Santana do Livramento. (Fonte: Jornal Diário Popular, 18/3/2013). Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NTQ5Ng==&id_area=MTA=> [acesso 4/4/2013].

região e cujo vetor pode ser entendido como um projeto concorrente aos antes analisados. Este é o caso do avanço intenso do cultivo da soja em áreas que historicamente eram ocupadas pela atividade pastoril. Conforme se verifica na Tabela 2, no período de 2000 a 2011 houve um aumento de 768% da área plantada com soja no Alto Camaquã.

Tabela 2. Evolução da área (hectares) cultivada com soja na região do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil, no período de 2000 a 2011.

Municípios	2000	2005	2011	Aumento no período (%)
Bagé	670	12.000	6.000	796
Caçapava do Sul	800	9.000	7.000	775
Encruzilhada do Sul	550	4.000	3.600	555
Lavras do Sul	600	8.000	6.500	983
Pinheiro Machado	220	800	1.000	355
Piratini	7.000	9.000	12.500	79
Santana da Boa Vista	440	7.000	8.500	1832
Média				768

Fonte: IBGE (2011).

O que chama a atenção é o fato do município de Santana da Boa Vista, apontado como o 8º município mais pobre do Rio Grande do Sul (Wink Jr. *et al*, 2013), ter um aumento de mais de 1800% da sua superfície cultivada com soja nos últimos dez anos. Seria esse um indicativo de que o subdesenvolvimento estaria “caminhando” a passos acelerados em direção ao crescimento econômico? Não há dúvidas que desde a perspectiva do desenvolvimento ancorado na noção de progresso, a evolução do cultivo da soja em zonas “marginais” define propósitos que visam à superação do que é considerada pela narrativa moderna uma situação de subdesenvolvimento e de pobreza.

Se em um passado recente o cultivo de soja sobre áreas de pecuária era visto como uma tendência, assumindo muitas vezes um caráter especulativo, atualmente trata-se de uma realidade consumada. A soja não vem ocupar somente áreas de pecuária, na forma de arrendamento ou compra de terras, mas também representa uma possibilidade de consorciação produtiva com o arroz irrigado. Porém, no campo tecnocientífico, o avanço da soja no Alto Camaquã está abrindo uma “agenda endógena” de pesquisa até então inexistente, que tem desencadeado e legitimado regimes de ação que visam à superação do atraso tecnológico e produtivo que se encontra a região. O relato a seguir de um pesquisador da Embrapa evidencia o desafiante cenário que se apresenta para a pesquisa científica:

... o plantio da soja na região é um caminho sem volta. Fala-se até de uma nova fronteira agrícola na região do pampa. O desafio da pesquisa é justamente pensar soluções tecnológicas em meio à diversificação produtiva pela qual a região vem passando.

Outro fenômeno das “etapas do desenvolvimento” no Alto Camaquã se refere aos empreendimentos florestais de empresas nacionais e multinacionais. Na última década, a exemplo do Uruguai e Argentina, o estado do Rio Grande do Sul tem protagonizado ações intensas de desenvolvimento ligadas ao reflorestamento, centralizado na metade sul do estado e diretamente relacionado ao baixo dinamismo econômico da região (Binkowski, 2009). De acordo com Brena (2011), entre 2001 e 2010 houve um aumento da área plantada com acácia, eucalipto e pinus no Rio Grande do Sul, de 80,7%, 170,1% e 71,5%, respectivamente. Os municípios do Alto Camaquã também estão inseridos nos projetos florestais, e mesmo não havendo até o momento estatísticas oficiais sobre a área plantada nos municípios da região, o principal plantio é o de eucalipto (Neske, 2009).

Mesmo em meio a tantas controvérsias sociopolíticas e tecnocientíficas a respeito do setor florestal no estado do Rio Grande do Sul (Binkowski, 2009), a silvicultura desperta interesses e “encanta” quando o que está em jogo são significados do desenvolvimento que apontam para possibilidades de ganhos econômicos. Abaixo é apresentado o posicionamento do vice-prefeito do município de Santana da Boa Vista em relação à silvicultura:

A silvicultura hoje é boa para o desenvolvimento do município, antigamente era um produto bruto que saía do município e não se agregava valor. Hoje não! já temos uma empresa no município, uma madeireira que está vendendo eucalipto beneficiado. Temos aproximadamente 70 empregos diretos. Então estamos gerando emprego e renda para pessoas daqui do município.

Também merece destaque o posicionamento do campo científico favorável ao setor florestal, o que parece evidenciar a reprodução da colonialidade da natureza no Alto Camaquã. A seguir, destaca-se um registro favorável da Embrapa:

Mesmo havendo por vezes posicionamentos contraditórios em relação à silvicultura, o debate está em aberto. Se expôs muitos dados imprecisos, científicos, não reais, não comprovados para defender a entrada e não entrada da silvicultura. Perdemos com isso a oportunidade de dialogar com a iniciativa privada a forma como o plantio deveria ocupar os territórios. Perdemos uma oportunidade, e acho que a atividade florestal seria, e ainda é, importante para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, pensando, como disse, a ocupação dos territórios e a integração com outras atividades produtivas.⁷

7 Entrevista realizada com um pesquisador da Embrapa do município de Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil (Novembro de 2012).

Essas transformações produtivas recentes no Alto Camaquã, como as atividades florestais, da olivicultura e de expansão do cultivo da soja, são representativas de um processo que evidencia as transformações, os deslocamentos e a mobilidade do capitalismo global contemporâneo em direção às zonas rurais consideradas deprimidas economicamente. Desse modo, o Alto Camaquã vem ingressando paulatinamente no circuito do capitalismo global, ganhando destaque e sendo pressagiado como um “berço de oportunidades” sem precedentes na história da região. Acredita-se, por parte do conjunto de atores locais posicionados em diferentes esferas de atuação, que definitivamente o desenvolvimento socioeconômico local será alavancado, e o atrativo maior está nas possibilidades “inéditas” de apropriação e uso do meio natural. Ou seja, a biodiversidade local, que se manteve conservada ao longo do tempo em razão da relação estabelecida entre as formas de ocupação socioculturais e dos sistemas produtivos praticados por meio da atividade pastoril, é agora considerada ociosa aos “olhares” do capitalismo global e, portanto, das políticas de desenvolvimento.

Assim, a implantação das dinâmicas recentes de desenvolvimento está diretamente relacionada à condição geopolítica que denuncia a existência de “recursos naturais” pouco “explorados” pela atividade produtiva pastoril. Em outras palavras, o que têm ocorrido é um processo intenso e acelerado de mercantilização da natureza na região do Alto Camaquã, pois, conforme afirmam Borba e Trindade (2009), as estratégias recentes de desenvolvimento nessa região têm sido desenhadas, implantadas e controladas de “fora para dentro”, e são justificadas pela necessidade de que é preciso obter níveis de produção capazes de superar a improdutividade dos “recursos naturais”. Esse é um fenômeno que está relacionado à colonialidade da natureza, já que a mercantilização do meio natural no Alto Camaquã tem produzido “efeitos de verdade”, que tendem a redefinir uma disposição simbólica e material de representação espacial sobre a natureza, atribuindo a essa uma condição de improdutiva. Portanto, as “velhas” e as “novas” estratégias de desenvolvimento do Alto Camaquã, e a interface entre elas, definem um processo de reafirmação da colonialidade do poder sobre a região.

Considerações finais

O desenvolvimento pode ser entendido como um regime de representação e significados, e em uma perspectiva pós-colonial a condição de subdesenvolvimento atribuída à região do Alto Camaquã se refere a uma invenção e construção históricas que permanecem sendo legitimadas por práticas e discursos ancorados e subordinados à colonialidade do poder.

Assim, conforme mostrado na última seção deste artigo, a colonialidade do poder atuante no Alto Camaquã está ancorada em regimes representativos

que possuem significados e propósitos bem conhecidos em relação ao desenvolvimento, ou seja, se tem buscado a criação das condições para elevar o *nível* de industrialização, modernização e o crescimento econômico ao *nível* do desenvolvimento das regiões brasileiras consideradas avançadas. A consolidação como fronteira da produção de *commodities* agrícolas e os empreendimentos florestais são exemplos emblemáticos que evidenciam a plasticidade e reconfiguração do desenvolvimento, mas, além disso, demonstram a ampliação e cristalização da colonialidade do poder no Alto Camaquã.

No entanto, é possível imaginar outros regimes de representação e significados a respeito do desenvolvimento dessa região? É possível identificar o *outro* subalternizado, e verificar como esse tem negociado e confrontando sua subjetividade (não moderna?) diante da subjetividade moderna? É possível pensar o desenvolvimento das “zonas marginalizadas” renunciando perspectivas teóricas ancoradas no “núcleo duro” da modernidade? E, mais do que isso, como identificar e alinhar categorias e noções do desenvolvimento ao lado de categorias e noções atribuídas pelo *subalternizado*, procurando, desse modo, entender o desenvolvimento desde a perspectiva do *outro* excluído? Cabe afirmar que os projetos em curso são caminhos e estratégias propostos pelos agentes sociais, no entanto, resta saber se eles se constituirão como rotas diferenciadas ou ficarão situados no âmbito de uma narrativa moderna.

Entre os desafios contemporâneos dos estudos rurais, se encontra a necessidade de ampliar os espaços epistemológicos e teóricos para identificar outras ontologias que representem, elas próprias, o lado oculto das concepções homogeneizantes da modernidade e do desenvolvimento. O desafio está justamente em identificar nos espaços subalternos práticas sociais diferentes capazes de desessencializar as concepções hegemônicas do desenvolvimento. Em pesquisa que se encontra em andamento, mencionada no início deste artigo, o objetivo é justamente o de identificar e analisar esses espaços de contestação da colonialidade do poder na região do Alto Camaquã, e, em textos futuros, os autores deverão tratar disso.

Portanto, reinterpretar o desenvolvimento do Alto Camaquã a partir de outras representações e significados desde a gramática da descolonização do desenvolvimento, significa compreender que o desenvolvimento continua sendo produzido localmente sob certas condições históricas particulares reguladas por práticas socioeconômicas, culturais e ecológicas contingentes. Igualmente importante é compreender que o Alto Camaquã não é uma região constituída por um “povo sem história”, mas de um território que teve sua história reapropriada pelo sistema-mundo moderno ao permanecer sendo julgado e considerado como um *lugar* subdesenvolvido.

Referências

- Almeida, J. (2009) “Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável”, in Almeida, J. e Navarro, Z. (orgs.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*, 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, pp. 33-55.
- Alonso, J. A. F. (2006) “A persistência das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações”, in *Indicadores Econômicos FEE*, 33(4), pp. 101-114.
- Bandeira, P. S. (1994) “As raízes históricas do declínio da Região Sul”, in Alonso, J. A. F.; Benetti, M. D. e Bandeira, P. S., *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), pp. 7-48.
- Bhabha, H. K. (2010) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Binkowski, P. (2009) *Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Borba, M. F. S. (2002) *La marginalidad como potencial para la construcción de “otro” desarrollo: el caso de Santana da Boa Vista, Río Grande do Sul, Brasil*. Tesis de Doctorado, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, España.
- Borba, M. F. S. e Trindade, J. P. P. (2009) “Desafios para conservação e a valorização da pecuária sustentável”, in Pillar, V. P. de; Müller, S. C.; Castilhos, Z. M. S. de, e Jacques, A. V. Á. (orgs.) *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, pp. 391-403.
- Brena, D. A. (2011) *Sustentabilidade das florestas plantadas no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <www.crea-Rs.org.br/.../5_Doadi_Sustentabilidade_das_Florestas_Plantas> [acesso 11/8/2012].
- Chakrabarty, D. (2000) *Una pequeña historia de los Estudios Subalternos. Anales de desclasificación: documentos complementarios*. Disponível em: <http://www.desclasificacion.org/pdf/Estudios_Subalternos_%20Trad_raul_rodriguez.pdf> [acesso 11/6/2011].
- Coronel, D. A. (2007) “O modelo italiano de desenvolvimento: algumas proposições para a Metade Sul do Rio Grande do Sul”. *Revista da FAE*, vol. 10, pp. 17-28.
- Escobar, A. (1997) “Antropologia e desenvolvimento”. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, 154(12).
- _____. (2005) *Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia.
- _____. (2008) *Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes*. Durham: Ed. Duke University Press.
- Esteva, G. (2000) “Desenvolvimento”, in Sachs, W. (org.) *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, pp. 59-83.
- Ferguson, J. (1990) *The Anti-politics Machine: “Development”, Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge: New York: Cambridge University Press.
- Freitas, D. (1980) *O Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST: SLB.
- Fundação de Economia e Estatística [FEE] (2010) *Feedados*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/fontes.asp>> [acesso 13/8/2010].

- Grosfoguel, R. (2010) “Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, in Santos, B. S. e Meneses, M. P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, pp. 455-492.
- Hall, S. (2003) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2006) *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. (2011) *Produção Agrícola Municipal*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44> [acesso 23/11/2011].
- Maldonado-Torres, N. (2007) “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, in Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R., *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre: Iesco: Pensar, pp. 127-168.
- Mezzadra, S. e Rahola, F. (2008) “La condición postcolonial: unas notas sobre la cualidad del tempo histórico en el presente global”, in Mezzadra, S. (org.) *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, pp. 261-277.
- Mignolo, W. (2003) *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- _____. (2010) *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Del Siglo.
- Neske, M. Z. (2009) *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Pesavento, S. J. (1980) *História do Rio Grande do Sul*, 3ª ed. Porto Alegre: Movimento.
- Prakash, G. (1992) “Writing Post-orientalist Histories of Third World: Indian Historiography is Good to Think”, in Dirk, N. (ed.) *Colonialism and Culture*. Ann Arbor: Michigan University Press, pp. 353-388.
- Prefeitura Municipal de Bagé (2011) *Plano de Desenvolvimento Econômico 2011-2031*. Bagé: EdiUrcamp.
- Quijano, A. (1992) “Colonialidad y modernidad-racionalidad”. In: *Perú Indígena*, 13(29), pp. 11-20.
- _____. (2005) “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, in Lander, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), pp. 107-130.
- Radomsky, G. F. W. (2011a) “Pós-desenvolvimento, culturas de auditoria e etnografia de projetos: problemas recentes em antropologia do desenvolvimento”, in *II Conferência do Desenvolvimento, Brasília: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, vol. 1, Brasília: IPEA, pp. 1-16.
- _____. (2011b) “Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de ‘modernidades’ alternativas”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(75), fev., pp. 149-193.

- Rostow, W. W. (1974) *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Santos, B. S. (2010) “From the Postmodern to the Postcolonial - and Beyond Both”, in Rodríguez, E. G.; Boatca, M. e Costa, S. (orgs.) *Decolonizin European Sociology: Transdisciplinary Approaches*. Farnham: Ashgate, pp. 225-242.
- Spivak, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- Wink, Jr. M. V. *et al.* (2013) “Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) e pobreza extrema: um cenário para municípios gaúchos”, in *Indicadores Econômicos FEE*, 40(2), pp. 19-32.